

Clóvis Moura: sociologia, práxis, dialética e relações sociais racializadas

Marta Mariano Alves¹

Resumo: Este texto apresenta alguns elementos presentes nas reflexões teóricas de Clóvis Steiger de Assis Moura. O objetivo é expor elementos e registros de sua concepção de Sociologia da Práxis, sua proposta metodológica, o papel da sociologia na transformação social e seu posicionamento político. Apresenta, ainda, sua perspectiva metodológica de pesquisa relacionada à temática da escravização e da resistência da população negra brasileira.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Sociologia da Práxis. Racismo e Movimento Negro brasileiro.

Abstract: This text presents some elements present in the theoretical reflections of Clóvis Steiger de Assis Moura. The objective is to expose elements and records of his conception of Sociology of Praxis, his methodological proposal, the role of sociology in social transformation, and his political stance. It also presents its methodological research perspective related to the theme of enslavement and resistance of the Brazilian black population.

Keywords: Clóvis Moura. Sociology of Praxis. Racism and the Brazilian Black Movement.

Sociologia: concepção, produção teórica e política

Toda produção intelectual está sujeita a revelar características em seu conteúdo, linguagem, argumentação e exemplos adotados, que podem ser interpretadas como uma distinção ideológica. Ou seja, a

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pedagoga na rede pública de ensino da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). E-mail: martaalves.gear@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8999-5785>

forma como as ideias são elaboradas e organizadas em uma produção intelectual, os autores com quem dialoga ou diverge, também expressam crenças e valores. Para Moura (2003), a ideologia é uma estrutura social específica, “desempenhando um papel que poderá corresponder a uma transformação radical, uma reforma ou uma defesa de inércia social, dependendo dos interesses dos agentes sociais que se manipulam” (MOURA, 2003, p. 34).

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), um homem negro² de nacionalidade brasileira, em sua sociologia da práxis, enfatiza a ação transformadora do sujeito e compreende, no contexto brasileiro, as classes sociais como formações político-econômico-sociais estruturadas a partir de relações sociais racializadas. A sua reflexão crítica, sobre a Sociologia acadêmica, revela uma expectativa a respeito do papel do sociólogo. Bem como, manifesta limites e possibilidades da Sociologia. Ele assume, em sua produção teórica e resistência, uma posição de intervenção política que tem como foco de reflexão a intersecção entre classe e raça na constituição do racismo brasileiro.

Com relação à concepção de Sociologia, Moura advoga por uma “Sociologia da Práxis” (MOURA, 1978), capaz de romper com uma estrutura social dominante e demonstrar a dialética das mudanças sociais. Ele distingue dois posicionamentos sociológicos, os quais categoriza como sociologia acadêmica e, em oposição a essa, a sociologia da práxis. A Sociologia Acadêmica é conceituada pelo autor como uma representação institucionalizada de um grupo social dominante, que “Transformou-se em uma ideologia que faz parte dos mecanismos reguladores e controladores da sociedade burguesa.” (MOURA, 1978, p. 9). E sendo assim,

² Moura era filho de mãe branca e pai negro e em uma entrevista declarou que: “(...) quando digo que sou negro, dizem: ‘Que é isso, Clóvis?’ (Risos.) Como se eu estivesse dizendo que sou doente, uma pessoa com uma doença incurável. Isso no fundo é racismo, é o racismo brasileiro” (MOURA, 1995, p. 53).

O pensamento dinâmico/radical que possibilitaria a análise, interpretação e transformação da sociedade é, por estas razões, considerado ideologia (num sentido pejorativo que se contrapõe à ciência), visão utópica, quando não pensamento indesejável nos meios universitários e entidades culturais tradicionais. (MOURA, 1978, p. 10).

Em sua análise, o autor registra, com relação ao percurso histórico da Sociologia, que se nota, “como é reflexa dos valores fundamentais criados pelo dinamismo da estrutura social dominante.” (Idem). Ele indica, na Sociologia Acadêmica, seu caráter “estruturalmente limitado porque não acompanha as contradições que se manifestam em consequência do próprio desenvolvimento do seu objeto de estudo” (Idem, *ibidem*).

No que diz respeito à intervenção política, Moura amplia as fronteiras considerando a própria sociologia e a produção teórica como espaços demarcados por disputas políticas. Esse entendimento conduz a hipótese de que o ofício de sociólogo, por extensão, é inevitavelmente uma atividade política. Posição que pode ser complementada, de forma análoga, com o entendimento de que a escolha do objeto de pesquisa, do recorte temporal, da metodologia, das fontes de informação, entre outros elementos, consciente ou inconscientemente, são opções políticas e criam diferentes possibilidades de interpretação e intervenção em um contexto histórico-social. E em função deste papel político, ele justifica que,

Quando fazemos a crítica de princípios e métodos de outros sociólogos não os estamos atacando pessoalmente (...) A nossa crítica visa apenas esclarecer o perigo das suas posições metodológicas, especialmente quando, por não compreenderem o caráter altamente político da sociologia, prostram-se ante correntes de opinião e técnicas de análise que nos chegam exatamente objetivando a impedir o aceleramento do processo social que se desenvolve no Brasil. (MOURA, 1978, p. 22)

Clóvis Moura não é um observador da ação política, um telespectador à espera dos próximos capítulos. Sua produção teórica está direcionada pela sua visão política e concepção de sociedade. Assim, reflete politicamente a respeito de vários elementos sociais e assume uma posição de confronto ao imperialismo econômico, ponderando sua diversidade de origem e pluralidade. Em vista disto, denuncia a relação de dominação e monopólio sobre outras nações por meio do capital internacional, afirmando que:

Quando todas as estatais estiverem nas mãos do capital internacional, vamos ser recolonizados, vamos virar entreposto colonial. Vão transformar o Brasil num grande entreposto das mercadorias e dos capitais do Primeiro Mundo, principalmente do imperialismo americano. A filosofia do Primeiro Mundo é a seguinte: se um terço da população for constituída pela classe média consumista do Terceiro Mundo, o resto pode ir para o lixo, pode morrer. Porque com um terço da população consumista no Brasil, eles mantêm a taxa de lucro dos capitais investidos aqui. Na medida em que a tecnologia avança, eles vão precisando menos dessas populações. Eles estão lumpenizando o Terceiro mundo. (...) Nós temos uma economia mundial cartelizada e monopolizada, em que não há mais a economia competitiva. (...) Agora, até que ponto esses povos vão aguentar carregar o peso dessa miséria é que é o problema. Não é considerado o fator humano, o ser humano como ele é. Em minha opinião, essa “última onda” do imperialismo, que veio após o colapso da União Soviética e dos países do Leste europeu, vai levar a movimentos violentíssimos no Terceiro Mundo dentro de uns dez ou quinze anos. (MOURA, 1995, p. 56-57)

As análises a respeito das relações de poder e dominação econômicas internacionais, no contexto macrossocial, apresentadas por Clóvis Moura, indicam possibilidades de consequências futuras devasta-

doras no microssocial, como a miséria e a desumanização. Igualmente, ele pondera a influência deste imperialismo no contexto das ciências sociais. Este imperialismo que coleta dados científicos para alicerçar a sua dinâmica de dominação; que modela ideologicamente instituições e conseqüentemente populações, mantendo-as sobre o domínio do opressor “inicia com a própria assimilação das categorias teóricas importadas e continua na sua aplicação prática e nos condicionamentos materiais para a execução dos seus projetos” (MOURA, 1978, p. 17). Segundo o autor:

(...) o que se deve destacar, de início, como ponto de princípio básico, não é aquilo que porventura as fundações estrangeiras fazem, financiando alguns projetos de pesquisa. O que se deve considerar é, em primeiro lugar, a seleção, o peneiramento que elas fazem para concedê-lo; em segundo, as restrições que são impostas para a sua concessão, e, em terceiro lugar — o que é mais importante — a autocensura castradora que esses cientistas se impõem na proposta e na execução desses projetos de pesquisa, para respeitarem “as regras do jogo” impostas pelos financiadores alienígenas. (MOURA, 1978, p. 18)

Sociologia da Práxis, dialética e relações históricas sociais racializadas

A análise social e histórica, em uma perspectiva dialética, considera o conflito entre forças opostas como impulsionador de mudanças e transformações de uma realidade social e histórica. Desta forma, leva em conta a dinâmica das contradições e os conflitos, observados nesta realidade como linhas condutoras da análise da sua atualidade e de possibilidades do seu devir. Segundo Clóvis Moura, a dialética é o método da Sociologia da Práxis, perspectiva na qual ressalta que,

(...) estamos vivendo em um mundo onde as mudanças se processam em ritmo não igualado até hoje em nenhuma época da História. Instituições, status nacionais, correlações políticas internacionais deixaram de ser coisas pétreas para se transformarem em segmentos quase fluídos e que, por isto mesmo, exigem do sociólogo, se ele deseja que a Sociologia seja uma ciência do devir e da práxis e não mera extrapolação ideológica do regime vigente, um domínio seguro da dialética. (MOURA, 1978, p. 27)

Desta forma, considera-se que o contexto histórico-social é influenciado por relações históricas complexas. Além disso, Clóvis Moura considera a sociedade como resultante de um processo constante de evolução, na qual, normas de funcionamento, o conflito e as contradições precisam ser consideradas como relevantes em uma análise sociológica. Isto significa que:

O progresso social na sua acepção revolucionária e a palavra revolução vai aqui na sua configuração mais lata e não no seu aspecto meramente insurrecional — é portanto uma decorrência dos elementos objetivos que se chocam no interior de cada processo e percorrem toda a sua extensão, superando-o em uma nova realidade mais complexa e elevada. (MOURA, 1978, p. 59)

Clóvis Moura, deposita na Sociologia da Práxis uma expectativa diferenciada da sociologia acadêmica. Em sua avaliação com relação à sociologia acadêmica institucionalizada, indica que o cientista social, torna-se “alienado pelo próprio reflexo das idéias dominantes e passa a aceitar como ciência - embora isto não se manifeste num plano consciente - apenas aquelas técnicas altamente refinadas que são elaboradas nos círculos universitários.” (MOURA, 1978, p. 12). E considera que essa alienação, “passa a ser uma simples técnica de manutenção do *status quo*, mas, nunca, uma ciência que seja ‘a autoconsciência do

processo objetivo do desenvolvimento social da sociedade” (Idem). Ele compreende, que a “sociologia acadêmica, em determinados momentos, pode, quando muito, refletir apenas uma consciência crítica, reformista, mas nunca uma consciência revolucionária” (Idem, ibidem). Quanto à Sociologia institucionalizada acadêmica, Clóvis Moura afirma que:

Esta produção acadêmica evidentemente estudará, também, como elemento de laboratório, o pensamento dinâmico/radical elaborado pelos negros na sua luta contra a discriminação racial, o analfabetismo, a injusta distribuição da renda nacional nos seus níveis sociais e étnicos. Ela chamará de ideológica a proposta dessa prática política, cultural, social e racial. No entanto, este pensamento novo, elaborado pela intelligentsia negra (não obrigatoriamente por negros), tem a vantagem de ser testado na prática, enquanto o pensamento acadêmico servirá apenas para justificar títulos universitários. (MOURA, 2019, p. 58)

Mesmo que ambas, Sociologia da Práxis e Sociologia Acadêmica, possam ter possibilidades amplas de abordagens investigativas. É na Sociologia da Práxis que Clóvis Moura visualiza os mecanismos de compreensão da temática negra brasileira e a luta da população negra contra o racismo em uma perspectiva dialética e de transformação social. Ele reconhece que, “não serão apenas estudos, livros e pesquisas sem uma práxis política que irão produzir essa modificação desalentadora no pensamento do brasileiro preconceituoso e racista” (MOURA, 2019, p. 36). Porém, ressalta relativo à Sociologia da Práxis, que, “Contudo, de qualquer modo, esses trabalhos ajudarão a formar uma prática social capaz de romper a segregação invisível mas operante em que vive a população negra no Brasil” (Idem).

Sob o prisma da Sociologia da Práxis, do “ponto de vista histórico-estrutural, a nossa sociedade passou por apenas dois períodos básicos que foram: a. até 1888, uma sociedade escravista; b. de 1889 até

hoje, uma sociedade de capitalismo dependente.” (MOURA, 2019, p. 76). O autor leva em conta a preservação de uma hierarquia racial na transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista dependente. Na análise considerando o modo de produção capitalista dependente no Brasil, Clóvis Moura declara que, “As relações de produção determinam, em última instância, a estrutura básica da nossa sociedade, alocam no espaço social diversas classes e frações de classes que, por seu turno, são dinamizadas de acordo com o nível da luta de classes” (MOURA, 2019, p. 77). Sendo que, no modo de produção capitalista dependente, em função do processo de formação histórica do Brasil, os descendentes dos africanos, os negros de modo geral, em decorrência da sua situação inicial de escravizados, permanecem ocupando as camadas subalternas da sociedade.

Clóvis Moura (2019, p. 78-79) em sua análise, enfatiza igualmente a existência de um processo de aculturação entre as culturas africana e branca sem que isso levasse à mudança social estrutural da hierarquia racial. De acordo com ele, neste contexto, a aculturação é aceita, não como dinâmica social, mas como mecanismo das classes dominantes para controlar uma possível radicalização da população negra e demonstrar a suposta democracia racial. Isto, sem alterar a posição social negra, que continua a ocupar os estratos inferiores da sociedade. Dessa forma, nos diferentes modos de produção e no processo de transição entre eles, permanece intacto o racismo estrutural. Com isso, as relações de poder continuam intactas e os mecanismos sociais de dominação escravista são historicamente mantidos, apenas assumindo novas aparências e mantendo a sua essência. E sendo assim, ao analisar a escravização negra brasileira e as implicações para a população negra,

O problema histórico-estrutural deve, portanto, ser levado em consideração para entender-se o critério de julgamento que se estabeleceu no passado e se estende até os nossos dias. Assim, podemos compreender melhor a atual situação dos padrões teóricos que ainda são usados para a interpretação da função

das religiões afro-brasileiras e da situação do negro, do ponto de vista social e cultural, na sociedade de modelo capitalista que se estabeleceu no Brasil após a Abolição. (MOURA, 2019, p. 83)

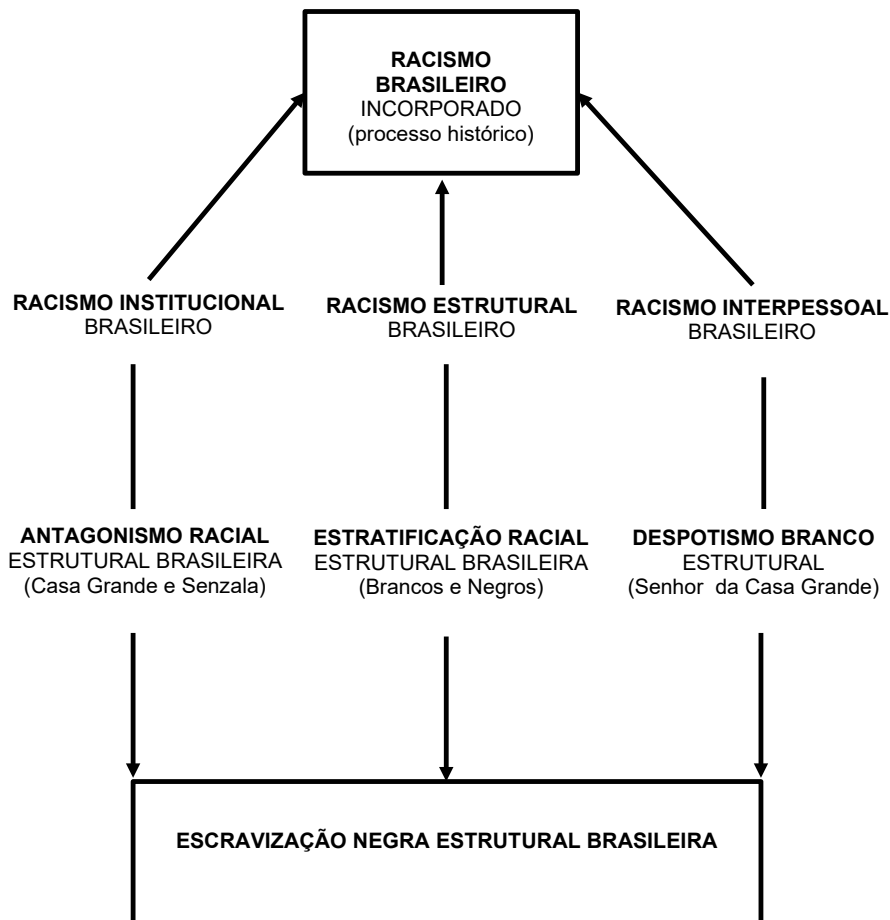
Ponderar a questão histórico-estrutural racial do Brasil, requer considerar a posição social histórica do escravizado, a instituição jurídica de propriedade de corpos e vidas humanas negras, o modo de produção escravista como elemento central presente na base do processo econômico da sociedade brasileira. Bem como, a base da acumulação de riquezas, poder e dominação na nação brasileira. É levar em conta que nesse cenário escravista de estratificação social racial, “o escravo é um ser estruturalmente alienado, isto é, ele pode inclusive possuir bens pessoais e até pequenas propriedades, mas o que ele não possui e não pode possuir enquanto escravo é o seu próprio ser, que é propriedade de um terceiro” (MOURA, 2019, p. 228).

Tendo como referência a obra de Clóvis Moura, as reflexões com relação ao que denomina de Sociologia Acadêmica, e a identificação de mecanismos sociais de tutela, controle, comando e comunicação usados na manutenção da subordinação negra escravizada, podemos destacar, por exemplo, que “o cotidiano do escravo se caracterizava ou pelo silêncio frente ao senhor, ou o falar consentido e muitas vezes compulsório. Havia um código de linguagem ao qual o escravo tinha de obedecer sob pena de punição” (MOURA, 2014, p. 270). E que o escravismo, “para manter-se, tinha de subordinar o escravo em todos os seus níveis e este foi um dos mais importantes: manter o pensamento do escravo contido pelo aparelho de dominação escravista” (MOURA, 2014, p. 271).

Alves (2023) a partir de um diálogo teórico que apresenta contribuições de Clóvis Moura demonstra, em uma ilustração que denomina “Figura 8 - Racismo histórico-estrutural brasileiro incorporado como *habitus*”, apresentada na sequência, que o processo histórico social e econômico do Brasil foi constituído a partir de uma hierarquia racial de poder e dominação. A ilustração “Figura 8”

(ALVES, 2023, p. 77), permite compreender a persistência histórica do uso de mecanismos sociais de tutela, controle, comando e comunicação, visando preservar a hierarquia racial e as desigualdades sociais e econômicas brasileiras, legitimando padrões de exclusão social.

Figura 8 - Racismo histórico-estrutural brasileiro incorporado como *habitus*



Fonte: Alves (2023, p. 77)

Alves (2023) enfatiza a gênese histórica das relações étnico-raciais no Brasil entre a população negra e branca em um contexto social racializado, o qual moldou instituições, comportamentos, ações, pensamentos, julgamentos sociais e percepções. Em vista disto, as relações de poder e dominação racializadas brasileiras têm origem em uma escravização negra estrutural. A qual permitiu e naturalizou a incorporação interpessoal, institucional, social e econômica do racismo. Neste contexto histórico de configuração social racial, Clóvis Moura defende que a miscigenação criou uma escala de valores com relação ao fenótipo entre a população negra, uma hierarquia de graduação de cor entre os não brancos. Ele destaca que a aproximação ao branco atenua o sofrimento social resultante do racismo e é utilizada pelo dominador como estratégia de desarticulação. Ou seja, é um mecanismo de “desarticulação ideológica e política do segmento negro que passa a se compartimentar etnicamente, fragmentando-se ao invés de se unificar. Mais uma vez a velha política do colonizador de “dividir para governar” exerce a sua função desagregadora.” (MOURA, 1983, p. 33).

As reflexões do autor indicam que, diante das consequências do racismo, a “intenção do elemento negro é branquear-se. Esta fase assimilacionista será substituída, para ele, pela fase da consciência étnica” (MOURA, 2003, p. 104). Na fase da consciência étnica, o elemento negro em seu processo de revolta conseguirá entender que a solução é, “lutar para quebrar as barreiras sociais que o impedem de ingressar na categoria dos homens” (Idem). Além disso, o autor argumenta que na sociedade brasileira a miscigenação, associada à defesa da existência de uma democracia racial no Brasil, foi estratégia usada como argumento para provocar o esquecimento e para romantizar a escravização negra, sendo uma forma de garantir o não reconhecimento das consequências catastróficas da escravização sobre a população negra. Clóvis Moura destaca que:

A miscigenação (fato biológico) por outro lado, não criou uma democracia racial (fato sócio-político). Ela estava subordinada a mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barragem e sanções religiosas e ideológicas. Esse conjunto de elementos e estratégias inibidoras determinava o imobilismo ou semi-imobilismo social, cultural e político das vastas camadas miscigenadas, isto porque os espaços sociais que davam *status* econômico ou de prestígio social ou cultural lhes eram vedados, pois esses mecanismos de seleção étnica compulsórios reproduziam os níveis de poder econômico, social e cultural das estruturas de poder dominadoras que representavam os interesses da classe senhorial local e da Corte e o poder do Estado português. (MOURA, 2014, p. 184)

No que diz respeito à Sociologia da Práxis em uma perspectiva histórica negra, Clóvis Moura interpreta a sociedade brasileira por meio das relações entre senhores e escravizados, identifica o racismo e as relações de produção econômica como elemento estrutural e estruturante da sociedade. E busca nas insurreições escravas e na “quilombagem” (MOURA, 1992, p. 22), o negro(a) como agente de mudança social na perspectiva dialética e de práxis. Comparando a sociologia acadêmica e a Sociologia da Práxis na reflexão à respeito da questão racial, da luta por transformação social e da superação do racismo, ele declara que:

Há encontros e desencontros entre as duas tendências: de um lado a acadêmica, universitária, que postula uma ciência neutra, equilibrada, sem interferência de uma consciência crítica e/ou revolucionária, e, de outro, o pensamento elaborado pela intelectualidade negra ou outros setores étnicos discriminados e/ou conscientizados, também interessados na reformulação radical da nossa realidade racial e social.(...) Podemos supor, por isto, dois caminhos diferentes que surgirão a partir da

encruzilhada atual. Um se desenvolverá à proporção que a luta dos negros e demais segmentos, grupos e/ou classes interessados na reformulação radical da sociedade brasileira se dinamizarem política, social e cientificamente. Do outro lado continuará a produção acadêmica, cada vez mais distanciada da prática, sofisticada e anódina. (MOURA, 2019, p. 58)

Para Clóvis Moura, as duas tendências sociológicas indicam duas diferentes alternativas de procedimentos investigativos, colocados à disposição da pesquisa sociológica. Ele instiga refletir o processo de transformação social tendo como premissa a práxis, a ação da intelectualidade negra e a solidariedade de outros setores em luta por transformação da realidade.

Sociologia da Práxis: classe, raça e organização social

Clóvis Moura, ao examinar a sociedade brasileira por meio da Sociologia da Práxis, integra as categorias classe e raça, demonstrando o papel do racismo na estratificação social e racial brasileira. Em sua perspectiva sociológica, descreve uma “proposta dialética para o estudo dos grupos negros no Brasil e sua problemática” (MOURA, 2021, p. 263). A respeito desta proposta declara que se trata de uma “tentativa exploratória de se empregar a dialética materialista ao problema do negro brasileiro no seu aspecto organizacional e ao nível de convergência entre os seus valores culturais, trazidos da África, e a função dos mesmos em uma sociedade de classes.” (MOURA, 2021, p. 264). Na sua proposta teórica investigativa, adequa alguns elementos do pensamento marxista às particularidades da sociedade brasileira historicamente racializada. Devido ao diálogo com o pensamento marxista, adota na sua análise duas categorias, denominadas de “grupos específicos” e “grupos diferenciados”, constituindo um esquema metodológico que dialoga a nível teórico com “dois termos da dialética materialista, derivados do conceito de classe social: os termos de classe

em si e para si” (Idem). E, ao apresentar detalhes a respeito da sua proposta metodológica, registra que:

Cabe a cada estudioso, ao escolher a região da sua pesquisa e o assunto a ser abordado, analisar antecipadamente esses elementos para que possam dar um encaminhamento científico ao seu trabalho. A partir daí, poderá escolher dois ou mais grupos específicos e trabalhar com eles para mostrar, através da sua trajetória histórica, como eles se formaram e desenvolveram, o nível de fricção interétnica (se for o caso de marca étnica, como no caso do negro brasileiro), a subideologia que elaboraram nesse processo e, posteriormente, a possível integração deles na sociedade global por meio de um processo de regressão organizacional e ideológica que os levaria novamente à condição de apenas grupos diferenciados. Ainda poderia ser constatada a sua incorporação ou de seus membros, individualmente, em movimentos mais abrangentes, nos quais as perspectivas de um devir sem diferenças de marcas, determinadas por preconceitos de classes, lhes dessem a perspectiva dinâmico-radical ou messiânica. (MOURA, 2019, p. 151)

O autor, ao explicitar sua metodologia de pesquisa, solicita prudência no uso das categorias para não “determinar antecipadamente onde se pode enquadrar um grupo ou segmento, mas deve, antes, recolher todo o material possível e disponível” (MOURA, 2019, p. 152). E somente após o exame deste material, “ver o grau de aproximação do mesmo com o modelo de um grupo diferenciado ou específico.” (Idem). Clóvis Moura, com relação ao uso das categorias “grupos específicos” e “grupos diferenciados”, afirma que:

Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise da classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto no contexto social, até a fase mais plena da sua afirmação

na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outra ou outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes. (MOURA, 2021, p. 264)

Na perspectiva de Clóvis Moura (2021), isto significa que:

O grupo diferenciado, por isto, é identificado. O grupo específico, por seu turno, se identifica. Ou melhor: o mesmo grupo pode ser diferenciado quando visto de fora para dentro pelos demais membros da sociedade ou pelo menos pelos seus estratos superiores e deliberantes, enquanto o mesmo não sente essa diferenciação; o específico se vê, é analisado pelos seus próprios membros em relação ao conjunto dos demais grupos sociais, quando adquire consciência dessa diferenciação. Enquanto ele é simples grupo diferenciado – através de critérios de julgamento exteriores – é apenas objeto, simples elemento componente da sociedade no seu todo, funcionando como parte passiva do contexto social. Mas, quando passa a sentir-se diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem a mesma marca diferenciadora e, por isto mesmo, é separado por barreiras e técnicas de peneiramento no processo de interação, ele adquire consciência dessa marca, passa a encarar a sua marca como valor positivo e sente-se um grupo específico. (MOURA, 2021, p. 276)

É preciso, no entanto, que se compreenda a essência eminentemente dialética da dicotomia: grupos diferenciados e específicos. Ela somente existe (pelo menos com sentido de rejeição de um dos grupos) numa sociedade de classes e com a unidade contraditória de uma realidade conflitante. Isto é o que explica porque os negros e mestiços pobres do Brasil – englobados genericamente pelas classes dominantes como

negros – continuam organizando grupos específicos para resistirem às forças desintegrativas que atuam contra eles (...). (MOURA, 2021, p. 279)

O autor, em sua reflexão, baseado em uma perspectiva marxista, considera no interior da classe a especificidade de um segmento social historicamente racializado e sua ação de resistência e luta contra a opressão. Demonstrando, por meio de exemplos históricos, que no contexto da população negra brasileira, diante da barragem social decorrente do racismo histórico-estrutural, os grupos específicos produzem “uma coerção grupal, um espírito de grupo que substitui a luta simplesmente individual do negro não organizado” (MOURA, 2021, p.282). Essa capacidade organizacional possibilitou à população negra “se congregarem, objetivando enfrentar a sociedade competitiva e seus problemas” (MOURA, 2021, p. 282).

Clóvis Moura, ao utilizar a categoria “grupos específicos” (MOURA, 2019, p.148), reporta-se à capacidade de resistência e de organização dos povos negros e seus descendentes no Brasil. Essa capacidade de resistência e autodefesa negra é reconhecida na obra de Lisboa e Montenegro (2021, p. 99-104), em uma análise da resistência dos quilombos palmarinos até o momento do enfraquecimento da sua capacidade defensiva. Inicialmente, fazendo referência aos escravizados negros, os autores afirmam que a “submissão era um modo de sobrevivência, fato que não os tornava plenamente passivos ou adaptados ao sistema escravocrata” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p.100-101). E registram que, “Apesar de todo o aparato de repressão empregado pelos senhores para coibir sua insubordinação, eles promoveram uma diversidade de movimentos de resistência, conduzindo insurreições ou constituindo quilombos (refúgios comunitários)” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p.101). Além disso, os autores ressaltam que, na sua luta e resistência, “Palmares estava moralmente fortalecido” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p.103). Em razão de que os mercenários admitidos para os combater tinham, como desvantagem principal, a

“formação moral deficiente dos integrantes das tropas expedicionárias. Motivados pela possibilidade de realizar saques(...)mas, pela impossibilidade de ter o que saquear, os combatentes abandonavam a luta” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p.103).

Considerações finais

De modo geral, os tópicos abordados expressam alguns elementos da concepção de Sociologia da Práxis de Clóvis Moura. Bem como suas implicações na avaliação dos coletivos negros no Brasil e questões que estão relacionadas a este tema. No exame da sua proposta metodológica, a dialética histórica, as relações racializadas de poder e dominação, o contexto econômico-social, o modo de produção, emergem como pilares que sustentam a estrutura brasileira da desigualdade social.

Observa-se, também, o pensamento científico e político de Clóvis Moura permeado por um sentimento de pertencimento, interagindo com um espaço geográfico e cultural e delimitado por uma historicidade de luta e resistência. Onde o desmascaramento da dominação e opressão social e política é uma questão que perpassa a sua obra. E ao focar a dominação manifesta no racismo, destaca a resistência e a luta negra pela superação desta desumanização em um contexto de contradições dialéticas, luta de classes, organização social e o desenvolvimento de uma consciência racial.

Clóvis Moura, ao expor uma estrutura social histórica e estrutural racista, permite o emergir de reflexão a respeito da relação entre a ação do indivíduo, sua possibilidade de organização coletiva e a consequência destes elementos na transformação da estrutura social. Ele entende a ação como resultante de uma autonomia de consciência, como possibilidade de práxis (autônoma, autorreflexiva, criativa, transformadora, revolucionária), onde o sujeito é capaz de produzir um novo ambiente social, de transformar o mundo e a história.

Para Moura, a estrutura social é permeada pelo racismo, o qual usa de mecanismos diversos para manter negros(as) em posições subalternas da sociedade brasileira. Porém, essa estrutura social é marcada por contradições dialéticas, onde a práxis da coletividade negra é agente e movimento de luta pela transformação da realidade social. E a cultura está inserida em um processo dinâmico de luta e resistência, assim como, a produção teórica, a política e a religião como elementos da práxis e instrumento de autoconsciência, autodefesa e proteção da comunidade negra.

Referências

- ALVES, Marta Mariano. *Afro-reparação e campo universitário: perspectiva de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/264000>. Acesso em agosto de 2025.
- LISBOA, Fernando Rodney; MONTENEGRO, Fernando. *Kid Preto: guerra irregular e a evolução histórica das operações especiais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ubook, 2021.
- MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Ed., 1983.
- MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.
- MOURA, Clóvis. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. *Revista Princípios – Revista Teórica, Política e de Informação*. Edição nº 37, maio/junho/julho, 1995, p. 51-57. São Paulo – São Paulo: Editora Anita Garibaldi Ltda, 1995. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/037.pdf>. Acesso em agosto de 2025.

MOURA, Clóvis. *A encruzilhada dos Orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro*. Maceió: EDUFAL, 2003.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2ª ed. - São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* 2ª ed. - São Paulo: Editora Dandara, 2021.